



A SOCIALIZAÇÃO FEMININA E A IDEALIZAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS: GÊNESE DE FRUSTRAÇÕES, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS
FEMALE SOCIALIZATION AND THE IDEALIZATION OF RELATIONSHIPS: GENESIS OF FRUSTRATIONS, CONFLICTS, AND VIOLENCE

[10.29073/naus.v6i1.831](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.831)

RECEÇÃO: 29 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 4 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Maria Soares , Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, arosasoares@yahoo.com.br.

AUTOR/A 2: Patrícia Merlo , Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, patricia.merlo@gmail.com.

RESUMO

As violências contra mulheres decorrem da cultura patriarcal e envolvem a sociedade e as relações familiares e de intimidade. Com base em pesquisas bibliográficas, o artigo pretende discutir a construção histórica da subordinação feminina e a permanência de uma cultura que, mesmo estando no século XXI e, contando com os avanços conquistados pelos movimentos feministas a partir do século XIX, as mulheres são induzidas ao silenciamento e ao conformismo com seus papéis secundários, em todas as esferas sociais de maior reconhecimento. Verifica-se, através de revisão historiográfica brasileira e nas práticas “invisíveis” que a dominação masculina ocorre como naturalizada e pautada na divisão sexual de trabalhos e cuidados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Dominação; História; Mulheres.

ABSTRACT

Violence against women arises from patriarchal culture and involves society and family and intimate relationships. Based on bibliographical research, the article intends to discuss the historical construction of female subordination and the permanence of a culture that, even though it is in the 21st century and, counting on the advances achieved by feminist movements from the 19th century onwards, women are induced to silence and conformity with their secondary roles, in all social spheres of greater recognition. It is verified, through a Brazilian historiographical review and in “invisible” practices, that male domination occurs as naturalized and based on the sexual division of work and care.

KEYWORDS: Brazil; Domination; History; Women.

“Os meninos tornam-se crianças e as meninas mulherzinhas”.

(Simone de Beauvoir)

Conforme já discutido em inúmeros trabalhos, é cediço que as violências contra as mulheres são decorrentes da cultura patriarcal vigente na sociedade, cujas práticas legitimam a dominação masculina e subordinam as mulheres nos relacionamentos afetivos e na vida social. Essa assimetria tem seu primeiro pilar de construção na socialização primária, quando são impostas às meninas formas de comportamento “próprias” do seu gênero e lhes são cerceados os exercícios de liberdade e de livre escolha segundo seus próprios desejos. Assim, pode-se entender que a primeira forma de violência contra as mulheres acontece no processo de socialização familiar, que as induzem ao silêncio e à submissão, depois reproduzidos pelas demais instituições sociais.



Às mulheres é transmitido o ideal *glamourizado* do casamento, como um “destino” que as levará à felicidade e à realização. Nesse ideário, o objetivo fim das mulheres deve ser a busca do “par perfeito”, da “outra metade” ou do “príncipe” que as fará felizes para sempre. Ficam em segundo plano eventuais pretensões de buscar outros caminhos e de lutar por direitos quando naturalizam a dependência. As que resistem e enfrentam a dominação são sancionadas social e moralmente.

O presente texto, produzido com base em pesquisas bibliográficas, discute a construção socio-histórica da subordinação feminina e a permanência de uma cultura que, mesmo estando no século XXI e, contando com os avanços conquistados pelos movimentos feministas a partir do século XIX, as mulheres são induzidas ao silenciamento e ao conformismo com seus papéis secundários, em todas as esferas sociais de maior reconhecimento.

Os efeitos da idealização do casamento, como maior realização e fim último, e da naturalização da subordinação como um *dever ser*, explicam as desigualdades entre os sexos e a ausência das mulheres nos espaços de maior poder e prestígio na sociedade, bem como o alto índice de violências a que estão submetidas.

O casamento e a maternidade são transmitidos como “destinos” herdados da “esfera divina” e, cumprir esse destino, deve ser a meta prioritária das “moças de família”. A incerteza quanto ao sucesso desse projeto de vida é fator gerador de ansiedades, de ilusões de uma vida perfeita e de uma felicidade completa, que em larga escala não se concretiza. E, diante da não realização das expectativas, surgem as frustrações, que tendem a gerar sintomas e conflitos que remetem à prática dos mais variados tipos de violência, velados ou não.

Parte-se do pressuposto de que a superação da subordinação feminina a esses valores tradicionais requer enfrentamento, a partir de uma tomada de consciência emancipadora que permita às mulheres exercerem livremente suas escolhas.

No entanto, para se compreender o comportamento das famílias, principalmente das mães, que é a quem fica o principal encargo de preparar as filhas e os filhos para os relacionamentos futuros, se faz necessário buscar, na história, a lógica de construção do que se define o que é “moça para casar” e porque o casamento se torna um objetivo fim na vida das mulheres até os dias atuais. Essa mesma lógica constrói o que deve ser “um homem” e, consequentemente, “um marido”.

Analisando os trabalhos já produzidos, percebe-se a permanência forte de valores tradicionais na contemporaneidade, embora ressignificados, às vezes com outra roupagem, porém evidentes, porque estão enraizados no inconsciente coletivo. Esses valores, que se misturam com moral social e religiosa, estão introjetados na cultura vigente, que se mantém patriarcal e misógina, e se refletem nas condutas das famílias que é a instituição social encarregada da socialização primária, onde são incutidos os traços principais na formação da personalidade e da identidade dos indivíduos.

A SEPARAÇÃO DO MASCULINO E DO FEMININO E A LEGITIMAÇÃO DA OPRESSÃO SOBRE AS MULHERES

A construção dos papéis sociais de meninos e meninas começa quando se identifica o sexo do bebê ainda antes de nascer. Convencionou-se que o azul é masculino e o rosa é feminino. Assim, das roupas à decoração do quarto já começa a marcação do sexo, a fim de que sejam internalizados os elementos que definirão a identidade e a personalidade do ser que vai nascer, os quais deverão ser articulados com os valores vigentes na sociedade.

Para que os espaços definitórios do masculino e do feminino sejam assimilados, implementam-se normas consensadas socialmente para que a identidade corresponda ao que é aceito no meio em que se vive. A transmissão dessas normas e valores é efetuada desde a mais tenra idade e de forma coercitiva, pois a expectativa da sociedade é de que os comportamentos não se desviem do padrão estabelecido pela consciência coletiva.



Para se compreender a lógica da normatização dos comportamentos sexuais e a contundente separação entre o masculino e o feminino, necessário se faz resgatar os valores históricos que produziram a rigorosa distinção de papéis e que se traduzem na desigualdade centrada na dualidade dominado *versus* dominador; opressor *versus* oprimido. Compreender as relações de poder existentes entre o homem e a mulher remete a revisitar seus elementos formadores.

Com este objetivo, considera-se importante analisar estudos que indicam a trajetória dos sexos desde os tempos em que a desigualdade não estava instalada e os humanos se organizavam em comunidades sob outros valores. A psicanalista Regina Navarro Lins, em sua obra “A cama na varanda”, de 1997, utilizada para embasar a leitura histórica da distinção entre os sexos, aponta que, nos primórdios da formação humana, a divisão sexual do trabalho definia os papéis sociais dos indivíduos tendo como foco a busca pela sobrevivência. Era desconhecida a relação entre o ato sexual e a procriação e os homens não percebiam sua participação na geração dos filhos.

A geração de uma vida era creditada a um dom divino da mulher e esta era respeitada como “personagem central” na sociedade, sendo creditados a ela poderes que regulavam a vida e a morte e acreditando-se que sua fertilidade se relacionava à fertilidade da terra. Esses “poderes especiais” faziam-nas respeitadas e reconhecidas.

Afirma Lins (1997, p.18), que não havia submissão ou opressão de um sexo sobre outro. “A ideia de casal era desconhecida. Cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres. O matrimônio era por grupos. Cada criança tinha vários pais e várias mães e só havia a linhagem materna”. E, assim, “a Deusa-Mãe reinou absoluta por todo o mundo”.

Com a sociedade se tornando sedentária, substituindo a caça pela agricultura e sendo introduzida na economia a domesticação dos animais, a convivência dos homens com estes os fez perceber que a procriação dependia do macho e que um macho poderia engravidar muitas fêmeas e “a partir daí há uma ruptura na história da humanidade”. Aduz a autora citada que,

Transformam-se as relações entre homem e mulher [...]. O homem, enfim, descobriu seu papel imprescindível num terreno onde sua potência havia sido negada. A reação masculina eclodiu com a força e a ira de quem fora durante muito tempo enganado. O homem foi desenvolvendo um comportamento autoritário e arrogante. Daquele parceiro igualitário de tanto tempo, a mulher assistiu ao surgimento do déspota opressor. A superioridade física agora encontra espaço para se estender à superioridade ideológica. (Lins, 1997, p. 22)

O sexo feminino perdeu seu poder e a deusa dá lugar ao “herói-guerreiro”, que busca recuperar seu prestígio de caçador, dando início ao “culto fálico” que consolida a supremacia masculina. Com a “descoberta da paternidade” a mulher perde a liberdade sexual, uma vez que o homem precisa de garantia de que ele é o pai e, para isso, se instaura o controle da sexualidade feminina. Segundo Lins (1997, p. 26), “para garantir a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, ela passa a ser propriedade do homem. Puni-la ou matá-la é considerado simplesmente o exercício de um direito”.

A autora Regina Lins (1997), faz uma releitura interessante da construção dos mitos do cristianismo, que se traduziu em outra lógica, mas manteve e reforçou a dominação masculina. Nesse contexto, torna-se necessário pensar as primeiras mulheres citadas no mito judaico-cristão. Lilith, a primeira mulher de Adão, segundo registros não bíblicos, pois sua existência é omitida na Bíblia, reivindicou igualdade de direitos não aceitando a imposição de que “o desejo da mulher é para seu marido”. Lins (1997) afirma que ela representa “o primeiro conflito sexual da história” quando questiona por que ela deve ficar embaixo do corpo do homem durante o ato sexual, se foram feitos igualmente do mesmo material. Não chegando a um acordo, Deus a transformou em uma serpente e ela torna-se o “símbolo do pecado e da transgressão”.



Para que Adão não vivesse só foi criada Eva, a partir de uma costela do próprio, o que já designa uma desigualdade porque essa mulher não é um ser inteiro como Lilith, mas uma concessão de parte do corpo do homem. Eva não reivindica igualdade, mas desobedece a proibição de acesso à sabedoria ao ceder aos apelos da serpente para provar do fruto proibido e a induzir Adão a também fazê-lo.

Ambas transgrediram as normas do Criador assumindo os riscos da perda do paraíso. Não foram perdoadas e seus castigos foram destinados a todas as mulheres. Pela desobediência de Eva, Deus determinou que a mulher só poderia exercer sua sexualidade para a função materna e que geraria seus filhos com dor, além de vaticinar a subordinação feminina ao definir que *“teu desejo será para o teu marido e ele te governará”*. (Gen. 3:16)

Ao agirem como protagonistas, essas mulheres desafiaram o poder de Deus e a ordem estabelecida e receberam o castigo por essa transgressão que se estendeu para todas as mulheres de todos os tempos. Esses mitos sobre a criação da humanidade, repetidos exaustivamente pelas religiões, exceto o que se refere a Lilith, que a Bíblia não contempla, mas que é interessante por apontar que a mulher sempre resistiu à dominação, explicam a divisão do poder e dos papéis sexuais, gerando uma cisão que se perpetua ao longo dos séculos. Culpa e sofrimento devem acompanhar as mulheres por toda a sua existência e em todas as eras.

Esses mitos ainda permanecem modelando a existência dos cristãos, condenando o sexo ao pecado e culpabilizando as mulheres pelos sofrimentos da humanidade. Lins (1997) cita Tertuliano, um dos fundadores da igreja cristã, que reproduz a acusação contra as mulheres e vitimiza o homem pelo comportamento destas afirmando,

E você não sabe o que é uma Eva? A sentença de Deus sobre esse seu sexo subsiste até essa era; a culpa também deve subsistir. Você é o caminho de entrada do diabo... o primeiro desertor da lei divina; você foi quem persuadiu aquele a quem o diabo não foi suficientemente valente para atacar. Você destruiu com tanta facilidade a imagem de Deus, o homem. Por causa de seu demérito, ou seja, a morte, até mesmo o Filho de Deus teve de morrer. (Lins, 1997, p. 42)

Mesmo com a introdução do culto à Virgem Maria, que apresenta a mulher sob outra perspectiva, bondosa e fiel, o reconhecimento da mulher como sujeito não ocorreu. A cultura vigente à época, fundada nos valores do Pai, não permitiu que Maria fosse glorificada como uma mulher forte, pelo contrário, as qualidades valorizadas foram da mãe sofredora e passiva reforçando o símbolo da submissão feminina. Afirma Regina Lins (1997, p.51) que *“apesar de Maria passar a ser o maior símbolo de bondade e altruísmo, as mulheres continuaram a ser reprimidas, humilhadas e violentadas. A lenda de Eva, ainda por muito tempo, ia ocultar a exemplar Maria”*.

Os mitos e lendas ao longo da História, a institucionalização da propriedade privada, a força da religião e as consequentes mudanças culturais, produziram uma organização social em que o pai é soberano e, assim, se institucionalizou o patriarcado. Por patriarcado se entende a supremacia masculina fundada na figura do pai, a linhagem de parentesco descendendo deste e as mulheres mantidas inferiorizadas e subordinadas.

O patriarcado estabelece uma cisão na sociedade entre o público e o privado, influenciando a estrutura social e as formas de agir de todas as demais instituições. Os valores culturais se fundam nos pilares “dominador/dominado; superior/inferior”; o espaço público é masculino e o privado é feminino.

A cisão e a delimitação do público e privado, construídos e potencializados pelas histórias e mitos, no que tange aos papéis sociais da mulher e do homem, vão se cristalizando, se tornando verdades absolutas inquestionáveis e santificadas. Tece-se, assim, a naturalidade da aceitação cultural do lugar da mulher e do homem na sociedade, legitimando a relação de hierarquia do poder entre os gêneros. (Silva, 2012, s.p.)

Para se consolidar e se perpetuar, o patriarcado precisa exercer seu poder de forma que toda a sociedade, mas especialmente as mulheres, acreditem que essa estrutura é legítima e que a ela devem se submeter sem resistência,



em um tipo de “servidão voluntária”, no sentido definido por La Boétie. Para isso os homens instituem um “poder simbólico” (Bourdieu, 2009) construindo uma realidade em que a força é imperceptível e, assim, as mulheres não reconhecem a dominação, naturalizando e legitimando a submissão sem impor resistência explícita e organizada.

Firma-se desse modo, um tipo de “obediência consentida” estimulada pela cultura patriarcal que valoriza a mulher restrita ao lar, com poucos espaços de sociabilidade e competindo entre si, ao passo que os homens se unem e tendem a ser solidários uns aos outros. Nesse contexto, as trocas entre as mulheres são dificultadas e a organização política inviabilizada, o que mantém a “estrutura estruturada” no sentido em que afirma Bourdieu (2009).

Sem desvendar a produção simbólica dessa estrutura, que permanece e sobrevive a tantas transformações sociais, não se consegue superar esse poder invisível que gera o consentimento dos dominados e, sendo despercebido, confunde-se a dominação como forma de amor e proteção. Legitima-se e luta-se pela sua permanência.

O patriarcado é um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação. Ideias novas são geralmente desqualificadas e tentativas de modificação dos costumes são rejeitados explicitamente, inclusive pelas próprias mulheres, que, mesmo oprimidas, clamam pela manutenção de valores conservadores. [...] A mente humana foi remodelada em um novo tipo de mente, e a cultura dominada pelo homem, autoritária e violenta, acabou sendo vista como normal e adequada, como se fosse característica de todos os sistemas humanos. A lembrança de que por milhares de anos houve organizações sociais diferentes foi suprimida. (Lins, 1997, p. 34–35)

Para se legitimar, o patriarcado teve o apoio da religião e da ciência inscrevendo os sexos na dualidade mulher/natureza e homem/cultura. A cultura ainda vigente define os homens por suas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; as mulheres são percebidas como o ser capaz de conceber outros seres humanos, dotadas de qualidades como carinho, compreensão, intuição, fragilidade, dependência, futilidade, ou seja, qualidades e sentimentos que foram convencionados como femininos.

Nessa dualidade se estabelecem relações de poder em condições assimétricas que condicionam as visões de mundo de gerações dificultando o debate sobre os direitos das mulheres e fragmentando a luta política dos movimentos organizados, pois as “mulheres honestas” tendem a não compreender as ações das que pretendem enfrentar a dominação.

A lógica patriarcal se apoia no controle da sexualidade feminina e na divisão sexual das atividades, o que mantém a mulher restrita ao espaço doméstico. Com a propriedade privada, a fidelidade feminina torna-se essencial para garantir a legitimidade dos herdeiros e torna-se “uma obsessão” para os homens que submetem suas mulheres a severa vigilância fazendo com que elas “não existam por si próprias, mas que sejam definidas pelo seu relacionamento com o homem” (LINS, 1997, p. 33). Para essa garantia, anula-se o desejo feminino normatizando o sexo das esposas. Os homens, no entanto, são livres para reafirmar suas qualidades viris.

A VIRGINDADE LEGITIMADA PELA RELIGIÃO E PELA CIÊNCIA

Conforme afirma a historiadora Yvonne Knibiehler, em sua obra “*História da virgindade*” (2016), o controle sexual da mulher eleva a virgindade à condição de “virtude moral” e as meninas são educadas para preservá-la a qualquer custo. Para não correrem o risco de serem “defloradas”, a família, a religião e a medicina produzem discursos que introjetam nas mentes das moças a responsabilidade por sua preservação. Assim, a moça deve entender a sua virgindade como um distintivo que a situa no mundo, como “elevação moral e afirmação identitária”.

A modéstia é uma virtude cardinal para uma moça bem-criada, que deve ser apresentada ao mundo, mas manter-se apagada ou, ao menos, reservada. Ela não fala a não ser que lhe dirijam a palavra. Não lhe é proibido se instruir ou mesmo se tornar culta, desde que não se vanglorie. Ela não deve questionar a



preponderância masculina, mas pode se tornar capaz de dar opiniões fundamentadas. Assim se tornará uma verdadeira companheira para seu futuro marido. (Knibiehler, 2016, p. 135–136)

A ideologia religiosa vigente à época difunde a virgindade como um valor supremo que remete à representação da Virgem Maria. A “donzela” inspira mistérios pela sua pureza, pois representa esperança de vida. Ter o hímen preservado significa “elevação moral e a salvação de todo o gênero humano”, sendo sacralizada a virgindade. Santo Agostinho afirma que *“a virgindade não reside na integridade do corpo, mas na intenção da alma”* (ibid, p. 99).

Há a virgindade laica das moças para casar e a virgindade consagrada daquelas que viverão reclusas nos conventos e ambas são cerceadas de qualquer liberdade que possa estimular o desejo sexual. Daí “domesticá-las” para se guardarem para a mágica noite de núpcias, no caso das virgens laicas, e para serem “esposas de Cristo” para as religiosas. As “donzelas” têm um *status* especial na sociedade, se tornam praticamente uma personagem em torno da qual são liberadas fantasias e fetiches.

A educação familiar e religiosa se dedica a desenvolver “freios” nos desejos femininos a fim de “rechaçar suas pulsões”. Deve-se ensinar que cabe às moças preservarem sua virgindade e para isso devem ter pudor diante dos impulsos sexuais. O pudor remete a um *“comportamento reservado, prudente e digno, representando uma virtude moral e um código de boa conduta a partir da interiorização das proibições”* (ibid p. 135).

O casamento é a legitimação para o exercício do ato sexual para as mulheres e perder a virgindade fora do matrimônio, significa a marginalização da mulher que, não raro, só lhe restará a prostituição diante do abandono a que será submetida. Todos os homens desejam ser os primeiros na vida de uma donzela, pois reforça sua virilidade e seu poder de “sexo forte”. Assim, a jovem deve internalizar o valor da virgindade e assumir a responsabilidade por mantê-la, pois só assim será considerada digna e merecedora de um pretendente para casar-se.

Em caso de violação sem consentimento, a jovem é culpabilizada, pois os juízes entendem que bastaria que ela reagisse para que o ato não acontecesse. Os violadores não são responsabilizados, pois se entende que “as filhas de Eva são tentadoras e que possuem um desejo sexual insaciável”. A dominação masculina não é questionada, pois a hierarquia entre os sexos é entendida como “natural” (Cf. Knibiehler, 2016).

A ciência médica, no século XVIII, gera a dessacralização a virgindade e o médico da família concorre com o padre como conselheiro e confidente junto à população, como efeito dos rumos laicos que a sociedade moderna deseja tomar. Nesse processo, a medicina naturaliza e desmistifica o pudor e há toda uma discussão sobre a existência ou não do hímen e sua importância, sua fragilidade, seu significado. A Anatomia vai constatar que esta membrana é o que garante a virgindade feminina, uma espécie de “selo” tornando-se, então, objeto de várias interpretações e usos ideológicos (Cf. Knibiehler, 2016).

Há sociedades que defendem a liberdade sexual das mulheres e optam por ignorar o hímen, o que não é o caso das sociedades ocidentais, que vão buscar a criação de mecanismos de proteção à virgindade das meninas e, por conseguinte, da preservação do hímen como um valor moral. Nesse processo de naturalização do sexo, a ciência médica entende que a mulher também deseja exercê-lo, mas resistir ao desejo é necessário para *“dar ao homem a impressão estimulante da luta, da conquista que confirma a superioridade do sexo forte”* (ibid p. 148).

Ainda de acordo com a autora citada, a medicina e seu discurso pretensamente neutro, considera a mulher “um instrumento dado ao homem para assegurar sua descendência” e a primeira menstruação é o sinal de que a menina já está pronta para a procriação. A perda regular de sangue é percebida como expurgação de impurezas, uma vez que as “filhas de Eva são repugnantes e perigosas”. Mas, os tratados médicos entendem também que o sangue perdido na menstruação enfraquece a donzela e desperta nela o desejo do sexo que não pode demorar muito para não desenvolver a “histeria”.



A masturbação, proibida na Idade Média e, posteriormente, tolerada como forma de amenizar os desejos das moças para se guardarem para as núpcias, passa a ser ressignificada para que o primeiro homem não se sinta desprestigiado com a mulher que se permite prazeres independente dele. Propaga-se, então, a ideia de que a masturbação é sintoma de doenças como histeria, ninfomania e que seus efeitos podem gerar “fúria” e até a “morte”, segundo a historiadora.

As “doentes” devem ser internadas para curar a histeria e o clitóris pode ser removido para curar a ninfomania e, na negação do direito ao prazer sexual das mulheres, a medicina convoca as mães “consciosas” para atuar no sentido de cercear os desejos evitando a masturbação que os desperta, pois “*as moças são a porção mais doentia e delicada do gênero humano e a fraqueza do sexo se mostra particularmente ameaçadora durante a puberdade*” (ibid, p. 151).

[...] os “médicos de família” são convidados a prescrever práticas de saúde capazes de preservar o pudor e a virtude. A alimentação deve proibir carnes condimentadas e suculentas, que podem provocar excitações imprevistas. A caça e o peixe em período de desova têm temíveis propriedades afrodisíacas. Devem ser evitados também “esses ragus apimentados, essas tortas recheadas de trufas e condimentos, esses preparados abomináveis em que dominam a pimenta, o gengibre, a noz-moscada e a canela”. O café e o chá, posto que despertam, são denunciados como estimulantes dos órgãos genitais [...] o vinho só é admitido em quantidades muito pequenas [...] A refeição da noite deve ser composta exclusivamente de pão e leite, sendo que este age como sedativo. (Knibiehler, 2016, p. 152)

Assim, no período revolucionário, a medicina invade a vida privada, se aliando às ciências jurídicas. “*A medicina legal progride, o direito privado sente seus efeitos. O destino das moças também*” (ibid, p. 153).

A Revolução Francesa desmistifica a ideia da mulher como frágil e incapaz de agir no espaço público, cuja função “natural” é o exercício da maternidade e, por ser passiva, deve ficar restrita às atividades domésticas. Embora as expectativas das mulheres que participaram ativamente na revolução tenham sido frustradas, pois foram excluídas da condição de cidadãs, a forte participação feminina foi importante na efetivação dos propósitos dos revolucionários. É um acontecimento significativo, que vai dar motivação para os movimentos feministas organizados, no século XIX.

O Código Civil Napoleônico, inspirado no Direito Romano, visa construir um código de leis unificado para a França e vai servir de base para ordenamentos jurídicos de outras nações posteriormente. Este código, no que se refere à família, retoma os valores da cultura patriarcal tradicional, em que as moças devem ser incentivadas a se casarem cedo, a partir dos quinze anos e devem ser afastadas dos estudos acadêmicos em favor de valores religiosos e morais, a fim de se tornarem dóceis e ficarem longe das tentações e das possibilidades de desvio do bom comportamento.

Esse ordenamento define que a menina com mais de quinze anos que for seduzida, será a única culpada porque o código implementa normas a partir do entendimento de que, nessa idade, é ela quem seduz e torna-se, assim, responsável pela sua honra. Se engravidar em decorrência do abuso terá um filho “bastardo” e será “mãe solteira” o que a estigmatizará para sempre. Este estigma prevaleceu até muito recentemente no Brasil e ainda não está totalmente extinto.

O código isenta de culpa os agressores em geral e, do dever de sucessão, os filhos das famílias abastadas que abusarem de suas empregadas, bem como os chefes que abusarem das mulheres trabalhadoras. Designa o homem como senhor absoluto da casa e como chefe da família.

O Código Napoleônico tornou a autoridade do homem sobre suas famílias mais forte e privou a mulher de direitos individuais, reduzindo, igualmente, os direitos de filhos ilegítimos. A todos os cidadãos masculinos



foi garantida a igualdade perante a lei. [...] [...] o casamento somente adquiria legitimidade em frente a um juiz de paz. Napoleão, seguindo a doutrina liberal, pôs fim ao conceito religioso do enlace sagrado substituindo-o pelo contrato de casamento. [...] A lei do Estado substituía, por assim dizer, a lei de Deus. Nas questões familiares, [...] o pai era tudo — o pai patrão. Além de tutelar a mulher e a filha, até encarcerar um filho por seis meses era permitido. E se este manifestasse o desejo de se casar, tinha que ter a licença paterna. (Altman, 2010, s.p.)

No decorrer de toda a história da família no ocidente, as mudanças socioculturais não alteraram a condição de subordinação da mulher e mantiveram o poder do homem sobre a esposa e os filhos. O pai seria responsável pela família perante Deus e, posteriormente, perante o Estado. A manutenção do amplo poder paterno tem a finalidade de manter a ordem social, considerando que a família é a representação de sua célula base.

Em sociedades hierarquizadas a obediência é um valor fundamental o que justifica a preservação do poder do pai sobre toda a família, com direito a correção e castigo e com o medo prevalecendo acima do amor que não é um elemento significativo na constituição da família até então.

SOCIEDADE DE MERCADO: RECONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA E DOS PAPÉIS DE GÊNERO

As mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas a partir do Renascimento e consolidadas no século XVIII com a Revolução Industrial, que encerrou o feudalismo e instituiu o capitalismo como o novo sistema econômico, e a Revolução Francesa que encerrou o absolutismo e institucionalizou o Estado Moderno, altera-se toda a estrutura da sociedade ocidental, incluindo a família que terá nova função e significado.

A sociedade se urbaniza, as cidades crescem, os agricultores se tornam operários, a família deixa de ser uma unidade de produção para se tornar uma unidade de consumo na sociedade de mercado. A produção econômica se distancia da casa e passa para as indústrias. A família extensa não é funcional nessa nova estrutura e se institui a família nuclear que se resume no marido, mulher e filhos. Nesse modelo de família vigora outra ideologia: o amor materno e o amor romântico.

Embora haja a crença de que o amor materno é inato, a filósofa francesa Elisabeth Badinter, em sua obra *Um amor conquistado — o mito do amor materno* (1980), afirma que é um amor construído, como toda forma de amor. Segundo ela, os valores da sociedade interferem nos desejos humanos, logo, desejos e escolhas são condicionados pelo meio em que se está inserido e não parte de uma “essência” humana.

Aduz Regina Lins, (1997) que, até o século XVIII a criança era percebida como um empecilho para os pais e a prática recorrente era entregá-la, ao nascer, a uma ama de leite que a criava por tempo indeterminado e os pais a visitavam esporadicamente, ou em muitos casos, nem visitavam. As crianças mais frágeis morriam, as que sobreviviam eram devolvidas em torno dos quatro ou cinco anos ou mais.

Amamentar não era uma tarefa nobre nem prazerosa e, cada mãe por seu motivo, abria mão da convivência com suas crianças. A morte dos filhos não tinha a representação que tem atualmente, pois “não havia o sentimento de infância” e a morte das crianças, cuja taxa era alta, era vista como banal, quase indiferente.

Com a industrialização, o pai provedor sai para trabalhar e as mulheres-mães, nesse novo arranjo familiar, devem permanecer em casa, agora definida como lar, no cuidado com os filhos e com as atividades domésticas. A construção da mãe, tal como se conhece hoje, se dá em razão da criança passar a ter utilidade nessa nova estrutura social, como futura força de trabalho nas indústrias e como servidores nas forças armadas.

A criança adquire um novo valor por representar, potencialmente, uma riqueza econômica e garantir o poderio militar. As perdas humanas são vistas agora como um prejuízo para o Estado. [...] A mulher é



promovida enquanto mãe, na mesma medida em que declina o poder do pai. Anteriormente, se insistia na autoridade do pai, pois o que mais importava era formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse final do século XVIII, quando o rei já tinha sido executado e as fábricas proliferavam, era necessário produzir seres humanos para trabalhar e enriquecer o Estado. A mortalidade infantil deve ser impedida a qualquer preço. A providência imediata é salvar as crianças, futura mão de obra. (Lins, 1997, p. 102–103)

De acordo a autora citada, que não foi fácil e nem simples conseguir a adesão das mulheres a esse novo papel de mãe amorosa e dedicada. Segundo ela, foram necessários muitos argumentos e muitas publicações e sermões para convencer as mulheres sobre a importância da maternidade. Elogios às mulheres que amamentam, lisonjeio à sua beleza, promessas de um casamento mais feliz e um marido mais fiel, ameaças e intimidações de que poderiam adquirir doenças incuráveis e que estavam pecando contra Deus foram recursos utilizados a fim de propagar e convencer as mulheres a repensarem o valor do seu papel como mãe. Rousseau contribuiu com publicações incentivadoras, como em sua obra *Émile*,

Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes. [...] Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los [...] eis os deveres das mulheres em todos os tempos. (Rousseau apud Lins, 1997, p. 103)

Muito tempo foi necessário para que as mulheres assimilassem o papel de mãe zelosa e responsável pelos filhos do nascimento até que se tornassem independentes. A boa mãe se anula como mulher e se dedica em tempo integral ao cuidado das crianças, se sentindo responsável por tudo o que lhes acontece. Não frequenta mais as atividades sociais e não reclama por isso, pois a mãe é sagrada, a imagem e semelhança da Virgem Maria, afinal “ser mãe é padecer no paraíso”, de acordo com um ditado popular ainda vigente.

A família, agora é voltada para dentro, se fecha para o mundo externo, no espaço sagrado do lar em que a privacidade da família deve ser prioridade. O pai também se insere nesse contexto, mas a administração da casa cabe à mãe e sua virtude é medida pelo seu desempenho nos cuidados com os membros da família. Agora esse papel é gratificante, dá um novo significado na vida, tem outra representação na sociedade. A principal característica dessa nova mãe é a culpa, pois o sucesso do casamento e o futuro dos filhos dependem da sua impecável dedicação. Se algo sair fora dos padrões socialmente definidos terá sido porque faltou-lhe competência no exercício de suas funções fundamentais.

De acordo com o estudo de Merlo; Oliveira (2017, p.58), “[...] a valorização da família como pedra angular da sociedade burguesa diferencia os papéis com maior precisão sexual, estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas”. E, no espaço doméstico, cabe à mulher-mãe a manutenção da ordem.

O amor romântico também é uma construção da sociedade industrial, pós-Revolução Francesa, como resultado da funcionalidade da família nuclear na sociedade capitalista, urbana e individualista que se instaura. Não havendo mais a família extensa, em que o casal era subsumido nesse arranjo coletivo, viver a dois “até que a morte os separe” requer algo mais do que os interesses que regiam os casamentos na época feudal. Agora, o casamento deve acontecer se os noivos tiverem afinidade, identificação, paixão, ou seja, um amor para sempre. Afinal, a família agora deve ter o perfil da Sagrada Família.

Lins (1997, p. 78) aponta que “o amor romântico é construído em torno da projeção e da idealização sobre a imagem em vez da realidade. A pessoa amada não é percebida com clareza, mas através de uma névoa que distorce o real”.

Assim como a ideologia da maternidade sagrada, também se desenvolveu a ideologia do amor romântico, por meio de várias publicações e veículos: novelas e fotonovelas, romances, filmes, relatos de romances arrebatadores, difusão de ritos e rituais que envolvem relacionamentos de príncipes e princesas. E dessa forma naturaliza-se essa forma de



relacionamento, sem que se perceba que é uma criação recente, por ser o modelo que mais se adequa aos tempos revolucionários.

A magia do amor romântico faz com que o ser apaixonado não perceba defeitos, divergências, manias, comportamentos e costumes que desagradam ou não combinam com o/a parceiro/a. Não leva em conta barreiras sociais, pois, diante da paixão, o mundo adquire novo significado e a vida toma outra dimensão, além da racionalidade. No jogo do amor idealizado, busca-se na outra pessoa o que falta em si mesmo e, no auge da paixão tem-se a ilusão de que todos os vazios foram preenchidos. Vive-se, nesse contexto, a sensação de que tudo será eterno, sem conflitos, sem discordâncias, sem decepções e que não haverá rotina entediante na convivência cotidiana.

As características do amor romântico são inconfundíveis. O êxtase e a agonia que nos causam tornam a vida emocionante, nos dando essa sensação de transcendência. Para se manter nesse estado de plenitude, homens e mulheres exigem coisas impossíveis de seus relacionamentos: nós realmente acreditamos inconscientemente que o outro tem a obrigação de nos manter sempre felizes, de tornar nossa vida significativa, vibrante, plena de encanto. [...] A pessoa apaixonada não é uma pessoa livre. Ao contrário, procura ser possuída, enlevada, ficar fora de si, enlouquecida pela nostalgia, que é ignorada pela própria ilusão de liberdade. (Lins, 1997, p. 80–81)

Na realidade, tanto a ideologia da maternidade sagrada, cujo papel a mulher assume com culpa e sem reclamar, mesmo que o encargo do cuidado com os filhos recaia todo sobre ela, quanto a ideologia do amor romântico, que a prende em uma relação, são criações da sociedade ocidental moderna, centrada no mercado e no capital. Estes novos elementos, necessitam da sociedade organizada com base nesses valores para se manter harmônica e ordenada, uma vez que são fatores que fragilizam os laços sociais e o senso de coletividade.

A família nuclear é necessária nessa nova organização social, pois a produção industrial necessita de consumidores e, quanto maior o número de famílias, mais necessidade dos bens de consumo produzidos. A família extensa, além de ser difícil de se adaptar a uma sociedade urbana, reduziria o potencial de consumo, tornando-se, assim, disfuncional, nesse novo modo de produção.

O amor romântico é então introduzido no inconsciente coletivo para que a família, tida como a “célula *mater* da sociedade”, se mantenha estruturada, a fim de não desestabilizar a coesão social e se consolidar como unidade de consumo. A separação deixa a mulher extremamente vulnerável e, sendo o casamento um sacramento indissolúvel, faz com que a união matrimonial seja mantida, mesmo se houver desencanto ou decepção com a relação.

Ao homem cabe as decisões e as iniciativas de pedir a mulher em namoro, pedir em noivado, marcar o casamento e pedir a separação se assim o desejar. O marido também tem a liberdade de buscar, fora do casamento, escapes para suas frustrações. À mulher não é concedido o mesmo poder e os mesmos direitos. Uma vez a esposa conformada com sua subordinação, a família está protegida de uma eventual dissolução, a sociedade se mantém coesa e o mercado progride.

O amor romântico não é apenas uma forma de amor, mas todo um conjunto psicológico — uma combinação de ideais, crenças, atitudes e expectativas. Essas ideias coexistem no inconsciente das pessoas e dominam seus comportamentos e reações. Inconscientemente, predetermina-se como deve ser o relacionamento com outra pessoa, o que se deve sentir e como reagir. (Lins, 1997, p. 111)

A maternidade é elevada à categoria de sagrada e justifica qualquer renúncia para o seu bom desempenho, pois o que acontece de negativo na trajetória da vida dos filhos, as falhas serão debitadas à mãe. Nessa reconfiguração, as mulheres assimilam esse papel como inato e concernente ao instinto feminino e, assim, o tomam como seu destino



natural. Tendem a anular-se como mulher e negar seus desejos de emancipação em prol do sucesso da mãe, uma vez que serão avaliadas pela sociedade, segundo seu desempenho nesse papel. Daí a importância da introjeção da culpa no inconsciente feminino. Ser avaliada como mãe negligente, dona de casa “relaxada” e esposa descuidada significa o fracasso da condição de mulher. A autora Regina Lins (1997), aponta que,

A maior expectativa que ainda hoje se tem em relação à mulher é que seja mãe. Por ser capaz de ter filhos, supõe-se que, naturalmente, deseja tê-los. Olha-se com piedade para as mulheres que não os têm e com desprezo e crítica para as que não querem tê-los, considerando-as até portadoras de um grave problema mental. A pressão ideológica é tanta que muitas mulheres se convencem que desejam ter filhos sem que esse desejo realmente exista. Nesse caso, a maternidade é vivida com muita frustração e culpa. (Lins, 1997, p. 107).

O trabalho de inculcação do amor materno na mente feminina atingiu seu pleno objetivo, uma vez que as mães passaram a viver em função dos filhos de forma idealizada, como sendo o ápice da sua realização. Esse resultado mostra o poder das ideologias, pois fazem com que os indivíduos acreditem que sejam verdades absolutas e, assim, não as questionem. Sequer percebem que são construções sociais e que defendem interesses específicos e não explícitos. As mulheres que não desejam ser mães são consideradas “anormais” ou portadoras de traumas ou problemas psicológicos. A elas são dispensadas piedade, afinal, para a cultura vigente, não são mulheres realizadas como femininas.

A não percepção da construção externa, ou seja, que são valores culturais e não naturais, faz com que mulheres desqualifiquem outras mulheres que, porventura, optem por exercer sua autonomia e não sigam os valores e crenças impostos pela sociedade. Estas são percebidas como desviantes e são identificadas por diversos estereótipos. Não são as “moças para casar” por não corresponderem ao perfil das “mulheres ideais”. A desunião feminina acontece na proporção da solidariedade masculina e é útil para a manutenção do *status quo*, afinal, as próprias mulheres se controlam.

Para que os indivíduos internalizem os papéis sociais masculinos e femininos, o processo de socialização, cujos principais agentes são a família — a quem cabe a socialização primária —, a religião, a escola, o Estado, a economia, os meios de comunicação, etc., se encarrega de delimitar os espaços e configurar os papéis para marcação da identidade de gênero.

A configuração dos papéis sociais de cada sexo é difundida desde o nascimento da criança, quando os instrumentos de socialização são aplicados para configuração da identidade e da personalidade que determinam o lugar social da pessoa. Começa com a separação das cores, rosa para menina e azul para menino, seguido dos brinquedos e das histórias infantis com suas mensagens implícitas.

Tomando como referência o trabalho da pesquisadora Jacqueline Pitanguy de Romani (1982), que discute as conformações dos papéis de gênero na sociedade, analisa-se os brinquedos infantis e sua funcionalidade na divisão de papéis sexuais que reforçam a assimetria existente entre os sexos e a ideologia de “essência” e “natureza” da condição de homens e mulheres.

Para internalização de seus papéis, as meninas recebem como brinquedos, objetos que representam o espaço privado, valorizando, implicitamente a maternidade e as atividades domésticas. Ganham bonecas que representam bebês, panelinhas, fogõezinhos, instrumentos de cozinha, etc. Quando maiores, ganham bonecas que representam adolescentes ou mulheres jovens, porém sempre representam a mulher na praia, a mulher no salão de beleza, a mulher no shopping e raramente representam uma mulher presidente de uma empresa, gestora de negócios, etc.



Os meninos são socializados para o espaço público desde sempre, quando recebem carros, bolas, bonecos de luta, jogos de ação, espadas, etc., em geral, possuem cores e movimento e são utilizados no espaço externo. Têm sempre características de disputa e demandam decisões e estratégias, desenvolvendo habilidades de gestão e sujeitos proativos.

Sobre brinquedos e marcação de papéis sociais, Pinsky (2014) cita o conselho médico publicado no *Jornal das Moças*, de 1953, em uma sessão denominada “Falando às Mães”,

*[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há probabilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços, por muito que a moda lhes modifique a vestimenta, as linhas e os traços. E um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva ou seu instinto de defesa, quando não de ataque. Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança [...]. (Dr. Werther, “Falando às Mães”, *Jornal das Moças*, 08.06.1953, apud Pinsky, 2014, p. 50)*

As heroínas das histórias infantis também são construídas sob a égide do que se espera das boas moças. São sempre passivas, dependentes, frágeis e sem autonomia. Para que sejam salvas e possam ser felizes para sempre é necessário um príncipe viril, forte, corajoso, destemido para acordá-la do seu anestesiado sono. As mulheres de ação dessas histórias, as que tomam decisões e mudam o rumo dos acontecimentos, são as bruxas más, as madrastas — daí o estigma destas; em geral são “feias” e aterrorizantes e sempre morrem de forma violenta, como represália, no final.

Assim, masculino e feminino, masculinidade e feminilidade são conceitos que, partindo de uma caracterização biológica, definem-se sobretudo pela atribuição de papéis sociais, representações e expectativas de comportamento. Resultantes de uma retradução cultural do biológico, tais conceitos situam-se fundamentalmente no campo simbólico, definindo-se por qualidades opostas atribuídas ao homem e à mulher. [...] (Romani, 1982, p. 65)

Ao hierarquizar os papéis de gênero, as diferenças biológicas são transformadas em desigualdades sociais, que produzem a opressão do sexo considerado “forte” sobre o definido como “frágil”. A hierarquização e sua manutenção são intencionais, pois, “as filhas de Eva” precisam ter seus corpos, seus desejos, seus sonhos e seus movimentos controlados, a fim de que a hegemonia masculina se perpetue e não corra riscos de enfrentamento.

No entanto, é importante salientar que as mulheres não são e nem foram todo o tempo passivas diante da dominação. Resistência sempre houve, na tentativa de buscar autonomia e independência. Avanços foram conquistados, mesmo que graduais, e o caminhar das novas conquistas é lento, afinal romper séculos de subalternização demanda muita luta e persistência. Nessa persistência, seguem os movimentos feministas, hoje interseccionalizados, tomando o termo da professora e pesquisadora Kimberlé Williams Crenshaw (1991)¹.

A SOCIALIZAÇÃO DA MULHER PARA O CASAMENTO E A IDEALIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO COMO CONTO DE FADAS: FRUSTRAÇÕES E CONFLITOS

A distinção dos papéis sexuais e a moldagem dos comportamentos são construídos desde a infância, primeiramente, pelas famílias que estimulam as meninas a sonharem com o casamento, como nas histórias das princesas e nos romances das novelas. Como as heroínas dos contos de fada, as meninas vão construindo relações amorosas idealizadas a partir da ideia de que “mulher feliz é mulher casada”, logo, precisa construir um perfil que agrade aos

¹ A autora define interseccionalidade como sendo “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”.



pretendentes e, assim, tem que ser recatada, mais contida, buscar uma profissão que tenha mais aceitação por parte de um futuro marido, ou seja, que lhe permita ser mãe, esposa e dona de casa.

Poucas priorizam a carreira profissional e a autonomia como pessoa. Mas, mesmo as que tomam essa decisão, continuam sonhando com o dia em que encontrarão sua *outra metade* e terão a tão sonhada cerimônia do grande enlace, com todos os aparatos que o mercado de casamentos oferece. A psicóloga Marciane Sossmeier, aponta os riscos de se colocar a própria felicidade nas mãos de outro,

Os mitos acerca do relacionamento ideal criam expectativas equivocadas sobre o parceiro e o dia a dia em casa, produzindo uma vasta lista de empecilhos e frustrações na vida amorosa. Insatisfeitos com a ausência dos padrões idealizados, rompemos com relações que poderiam ser fortalecidas e amadurecidas, e seguimos na busca pelo par perfeito. [...] Acreditar que há alguém que nos completa requer que nos consideremos seres parciais, incompletos e dependentes. Não encontrando quem nos preencha, ficamos presos na sensação de que algo nos falta, fadados à tristeza da incompletude. É evidente que prosperamos através do convívio com outras pessoas, mas é doloroso demais depender de alguém que não nós mesmos para nos sentirmos plenos. (Sossmeier, 2017)

Há, então, um processo de construção do futuro das meninas, por todas as instituições sociais, que as destinam ao casamento como maior realização. Todas as conquistas, sejam nos estudos, nos esportes, nas ciências, nas artes, na profissão, não serão suficientes para circunscrever as mulheres em um lugar social considerado feminino se não atenderem as expectativas que remetem à sua “essência”: o casamento e a maternidade. Pinsky, (2014, p. 49), cita nota da Revista O Cruzeiro de 03/09/1955, que afirma, “*Em geral toda mulher deseja casar-se. É raro aquela que, por temperamento, não nutre esse ideal. Desde pequena já manifesta tendências para dona de casa e, quando mocinha, passa a sonhar com o príncipe encantado [...]*”.

Nestes papéis é que está sua real felicidade, tudo o mais é dispensável. Além da família, as religiões cristãs reforçam o casamento como sendo um caminho natural ao sexo feminino. A frase bíblica “*A mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos*” (Provérbios 14:1), define a responsabilidade da mulher na manutenção do casamento. Se o casamento se desfaz, ela é que não teve competência para mantê-lo. Pinsky (2014), em citação da Revista Claudia, (08.1963) retrata o que se espera da esposa perfeita: “*Num casal, a função feminina é sobretudo manter a união com o marido, a união com os filhos [...]. Seu papel na estabilidade da família é, por isso mesmo, primacial e decisivo [...]*”.

A família corrobora essa crença e, salvo em casos extremos, em geral, aconselha a permanência no relacionamento e desencoraja a separação. A dificuldade da família para compreender as dificuldades da mulher que está em sofrimento, faz com que, muitas vezes, ela seja culpabilizada pela desestabilização do casamento e esse distanciamento tende a silenciar violências e angústias que podem, em última instância, chegar ao feminicídio.

A escola, por sua vez, reproduz a ideologia vigente, quando apresenta no currículo e nos livros didáticos um único tipo de arranjo familiar, a família nuclear tradicional, que é sempre caracterizada como a família feliz, logo, a ideal. Nos livros, a mãe está sempre representada no espaço doméstico, é dócil, tem medo de insetos, reforçando sua “fragilidade”. O pai trabalha e mantém o lar, é forte e corajoso. O estudo da História só apresenta os homens como inventores e vencedores e oculta as mulheres que também lutaram e promoveram mudanças.

A linguagem da escola e dos(as) educadores(as) transmitem a mensagem subliminar que as meninas são das artes e da interpretação de textos; são mais cuidadosas com os materiais e caprichosas nos trabalhos. Sinaliza que os meninos são melhores em matemática, raciocínio e lógica. As brincadeiras são distintas a cada sexo e os estímulos são diferenciados e, assim, a escola reprime a diversidade e reproduz os estereótipos de gênero existentes na sociedade.



Essa cisão entre o masculino e o feminino reflete no Estado quando determina formalmente, que “todos são iguais perante a lei”, mas, na prática, as mulheres permanecem em desvantagem. O mercado de trabalho também se beneficia desta distinção, pois, assim, justifica remunerações diferenciadas e destina as mulheres às atividades “próprias” a elas que, em geral são menos reconhecidas e menos valorizadas. As mulheres têm mais possibilidade de serem aceitas nas profissões que, simbolicamente, representam a extensão da maternidade, as que representam os cuidados com o Outro, como enfermeira, assistente social, psicóloga, professora da educação infantil, secretárias, etc.

Na medicina estão nas especialidades que presumem menos traumas como a pediatria, a dermatologia, endocrinologia, ginecologia; no Direito a maioria está no Direito Público ou no Direito Civil. Não são incentivadas à área tecnológica que a cultura patriarcal entende como eminentemente masculina. Até os dias atuais, as meninas têm poucas oportunidades nas Engenharias, na Física, em computação quando se trata de *softwares*, na área de petróleo e gás, etc.

Os cargos de gestão também são restritos para as mulheres porque demandam poder de decisão, planejamento de investimentos, coordenação de equipes e, salvo nas empresas que atuam no segmento de produtos femininos, as possibilidades são ínfimas. Os estudiosos de cultura organizacional afirmam que, para as mulheres existe um “teto de vidro” que limita sua ascensão aos espaços de maior prestígio e poder.

Na Política, as mulheres têm baixíssima representação, mesmo tendo cotas nos partidos políticos. O processo de socialização não incentiva as meninas e visualizarem os espaços de poder como sendo disponíveis também para elas. E, quando é negado o direito de sonhar, a possibilidade não se concretiza.

A imprensa dedicada aos temas femininos, a publicidade, a literatura, as novelas, os filmes, reforçam os papéis sociais da mulher idealizados pelo patriarcalismo e sinalizam a importância do casamento como inerente à natureza e, assim, segundo os valores em vigor, as meninas devem ser educadas para adotar esse ideal como objetivo de vida. A mulher deve se sentir privilegiada quando um pretendente a escolhe. Cabe a ela dizer sim quando for pedida em namoro ou casamento, afinal é um “privilégio”.

Uma mulher deve saber conservar a todo o momento o seu lugar [...]. Espere que a iniciativa venha dele. O homem gosta de conquistar e não que o conquistem e, se apesar disso, você intentar, deve fazer com que ele não perceba suas intenções diretas [...]. (Jornal das Moças, 05.05.1955, apud Pinsky, 2014, p. 78)

Estigmatizou-se a moça que não casa, como a “solteirona” que é uma forma de oprimir as meninas para que busquem o casamento, afinal, esse rótulo tem um sentido de fracasso e incompetência. Ficam submetidas a deboches e desqualificações as mais diversas e mantém seu comportamento controlado. Tendem a ficar com a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice por não ter a própria família.

Dos meninos só se espera que sejam heterossexuais e que tenham uma profissão que lhes permita prover sua família. No entanto, não há pressa para se casarem e o poder de definir quando isso ocorrerá está com eles. Desde que o homem mantenha sua função de provedor, suas falhas são desconsideradas. “A virilidade, a potência sexual e a capacidade de conquistar várias mulheres são aspectos frequentemente valorizados com relação aos homens [...]”. (Pinsky, 2014, p. 307. A infidelidade é considerada “fato biológico” dos homens, sendo indevido cobrar-lhes outro comportamento.

Essa construção histórica tem efeito até os dias atuais, mesmo com as conquistas significativas promovidas pelos movimentos feministas, que atuam desde o século XIX, primeiramente pela conquista do voto e da participação política. Em um segundo momento, a luta foi pela liberdade sexual, pelo direito ao trabalho e à igualdade de direitos



de cidadania. Apesar dos avanços conquistados, a cultura do casamento idealizado ainda permanece forte na sociedade ocidental.

Nesse objetivo, as meninas são mantidas sob vigilância bem mais rigorosa do que os meninos para que se tornem “mulheres para casar”. Para isso, mesmo com a liberação sexual sendo realidade e a virgindade não tendo mais o significado que teve no passado, as meninas têm seu comportamento controlado pelas famílias e demais instituições sociais. A ideia do “príncipe encantado”, movido pelo amor romântico, faz parte da socialização feminina, ainda na contemporaneidade.

Nesse ideário, desenvolveu-se no imaginário feminino a expectativa da “outra metade” que, magicamente, completaria na mulher o que lhe falta para ser feliz. O casamento seria, então, a coroação da felicidade completa, em um relacionamento em que não haveria contradições e desavenças porque o amor tudo supriria.

O sonho do par ideal, do vestido de princesa, da festa *glamourosa*, da inesquecível lua de mel, da maternidade como fim, povoa a mente e os dias das meninas que, em razão dessa esperança, tendem a investir com menos afinco na carreira profissional e em sua autonomia como sujeito. Não raro, abandonam a universidade quando se casam ou engravidam.

Regina Lins (1997, p. 85), afirma que esse processo produz um “*mapa mental amoroso que, à medida que crescemos, esse mapa inconsciente toma forma e a proto-imagem do parceiro ideal começa a emergir*”. Enquanto perdura o amor romântico, que estudiosos afirmam ter duração de dois a três anos, não entram em discussão as divergências de opinião e interesses, as desarmonias trazidas pela rotina e a sobrecarga de atividades que cabe à mulher, o sexo, que tende a perder qualidade pelas preocupações do dia a dia e a falta de tempo para o casal em razão de atividades profissionais e do cuidado com os filhos, dentre outros fatores que são comuns em relacionamentos afetivos.

Desse modo, bem antes de conhecermos nosso verdadeiro amor em uma sala de aula, em um shopping ou no escritório, já temos prontos alguns elementos básicos de nosso parceiro ideal. Depois, quando realmente encontramos quem se encaixe dentro desses parâmetros, nos apaixonamos por ele e nele projetamos nosso mapa amoroso. O objeto da paixão é em geral bem diferente de nosso ideal, mas deixamos de lado essas inconsistências para fazê-lo se encaixar em nosso modelo. Daí a famosa frase de Chaucer: “o amor é cego”. (Lins, 1997, p. 86).

Passado o período de encantamento, quando as diferenças começam a aparecer, surgem as frustrações e o desgaste da relação e na sequência, os conflitos diante das incongruências do “mapa mental” de cada um. Lins (1997) conclui que a paixão acaba não sendo por uma pessoa, mas por um ideal de companheiro(a) que foi construído ao longo do tempo. Essa paixão tem prazo de validade e dá lugar às incompatibilidades inerentes a dois seres humanos procedentes de socializações diferentes que, diante do desencanto, podem se acomodar na relação e os conflitos permanecerem latentes ou se exacerbarem e esgotar a tolerância.

O desencanto é um momento sensível à manifestação das decepções que podem gerar o fim da relação negociada, uma relação conflituosa ou ainda uma relação abusiva em que todos perdem, mas a mulher tende a ser a mais prejudicada em razão de ser mais cobrada pela importância dos seus papéis de esposa e mãe. Para os melindres desse processo assinala a pesquisadora Vanessa Cavalcanti,

[...] Um olhar portas adentro é necessário, mas deve-se cuidar, pois muitas vezes a situação de violência aparece como processo inviolável e que deve continuar invisível. Afinal, mesmo com os dados obtidos até o momento, se visualiza um perfil de vítimas que não denunciam, por vergonha, medo ou lealdade e, quando o fazem, a frequência e a intensidade da violência podem ser subtraídas do que realmente acontece na vida familiar e cotidiana. (Cavalcanti, 2006, p. 253–54)



Considerando a permanência da cultura de submissão feminina e do poder masculino, no Brasil, se a mulher exercer sua autonomia e tomar a iniciativa de pôr fim à relação, há grande possibilidade de chegar às violências de todas as naturezas, inclusive a física e podendo culminar até ao feminicídio. A maioria dos casos noticiados, de ações violentas de companheiros contra as mulheres, tem sua motivação no fato da mulher não ter se submetido à “posse do seu dono”. A representação de Eva ainda está presente.

As mulheres que, pelas mais variadas razões, não conseguem se libertar de um relacionamento insatisfatório, permanecem infelizes e frustradas podendo desenvolver diversos problemas de saúde como depressão, ansiedade, dentre outros que podem prejudicá-las no trabalho, nos estudos, nas relações pessoais, ou impactar outros projetos que, porventura, pretendam desenvolver, ampliando o desgaste e os problemas dele decorrentes. Como afirma a psicóloga Gina Strozzi, “todo amor que sobrevive em uma ‘guerra’ é amor à morte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste texto foi analisar a trajetória histórica que conduz a mulher à condição de subordinada, cujos efeitos ainda estão presentes na sociedade contemporânea de forma intensa, partindo do pressuposto de que, para melhor controle do sexo feminino, em todos os tempos, práticas “invisíveis” foram adaptadas ao processo de socialização para que as mulheres internalizassem a dominação masculina como natural e a ela não propusessem resistência.

Os estudos disponíveis corroboram esta percepção na medida em que as instituições sociais mais significativas na formação da identidade e da visão de mundo dos indivíduos se uniram nesse propósito e adotaram métodos eficazes de formar a mentalidade feminina, com o objetivo de manter a ordem social. Nesse sentido, difundem valores que cristalizam a crença de que, ao dominado cabe obedecer porque o dominador tem o direito de mandar. Assim se consegue a conformação dos oprimidos e dificultam sua resistência.

Para que a mulher funcione como o pilar da família e, por conseguinte, da ordem social, toda sorte de métodos e ideologias são implementados para que assimile o valor da obediência, do recato e do silêncio porque, assim, não reage diante dos dissabores que são característicos de relações hierarquizadas. Como carrega o estigma de Eva, que representa a traição, o perigo da carne, a capacidade de sedução e articulação, em todos os tempos históricos, a mulher esteve sob controle. Ainda se mantém contemporaneamente, mesmo com os avanços já conquistados.

Superar essa realidade demanda desnaturalizar a dominação masculina, ou seja, compreender que a assimetria entre os sexos é uma construção social, logo, que a resistência é possível e desejável. Para que isso aconteça a mulher precisa se conhecer, conhecer o seu corpo e as suas potencialidades como pessoa, bem como seus direitos como cidadã. Como cidadã pode se organizar politicamente e reivindicar os direitos que lhe são garantidos.

Reconhecer que a mulher não é subordinada, mas foi subalternizada pela cultura patriarcal excludente remete ao conhecimento desse processo de construção e dos mecanismos e redes de proteção que estão disponíveis. É preciso também, desnaturalizar as violências, compreendendo que não se limitam às agressões físicas, e saber identificá-las para que os conflitos não tomem proporções incontroláveis e perigosos ou que gerem uma relação doentia.

Tomando consciência de suas possibilidades, a pessoa entende que o relacionamento amoroso é importante, mas não é a única forma de felicidade, e que não há conexão mágica que possa unificar dois seres que, na essência são diferentes e que foram socializados sob valores e perspectivas diversos. A partir do momento em que se compreende que os contos de fada que foram ensinados na infância e na juventude são encantadores, mas que a realidade precisa de adequação de expectativas, passa-se a valorizar os aspectos positivos da relação e a repensar os fatores disfuncionais, a fim de que possa alcançar a satisfação de uma união saudável.



Tomar consciência de si como sujeito e buscar, além da independência, autonomia é o que vai permitir a não aceitação de relacionamentos abusivos e a busca da realização dos próprios sonhos e desejos. Afinal, como afirma Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

REFERÊNCIAS

Altman, M. (s.d.). Hoje na História: Entra em vigor o Código Civil Napoleônico. *Opera Mundi*. <https://operamundi.uol.com.br/noticia/3317/hoje-na-historia-entra-em-vigor-o-codigo-civil-napoleonico>

Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico* (12.ª ed.). (F. Tomaz, Trad.). Bertrand Brasil.

Cavalcanti, V. R. S. (2006). Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985–2005). In G. V. da Silva, M. B. Nader, & S. P. Franco (Eds.), *História, mulher e poder* (pp. 253–273). Edufes; PPGHis.

Cunha, T. R. A. (2007). *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Edições Uesb.

Gomes, C. M. (2016). *Violência de gênero e a crise da masculinidade*. *Revista Fórum Identidades*, 21, 33–48.

Knibiehler, Y. (2016). *História da Virgindade* (D. F. da Cruz, Trad.). Contexto.

Lins, R. N. (1997). *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo*. Rocco.

Merlo, P., & Oliveira, J. M. de. (2017). A época moderna e a dicotomia entre o público e o privado [recurso eletrônico]. Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância.

Pereira, A. R. (2016.). Viver nas fronteiras: feminismo interseccional e outros espaços de educação. *Concinnitas*, 1(28). <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/download/25927/18564>

Pinsky, C. B. (2014). *Mulheres dos anos dourados*. Contexto.

Romani, J. P. de. (1982). Mulher: natureza e sociedade. In M. Luz (Ed.), *O lugar da Mulher* (pp. 59–71). Edições Graal.

Sá Rocha, E. R. de. (2016). As raízes das relações de poder sobre a mulher e a natureza no cristianismo. *Paralellus*, 7(14), 155–167.

Silva, C. da. (s.d.). A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.